

# Representações sobre a UE: da informação mediática à opinião pública

ANA HORTA

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Portugal)

[ana.horta@ics.ul.pt](mailto:ana.horta@ics.ul.pt)

## Abstract

The paper analyzes the relationship between Portuguese newspapers coverage of the European Union and the evolution of Portuguese public opinion about EU and European issues. The articulation between those two levels of discourse is based on a content analysis of all texts related to Europe published by four main national newspapers during the twelve most relevant periods between 1985 and 2004, data from surveys such as Eurobarometer, and interviews with a sample of Portuguese people with different educational levels. The paper concludes that, despite deep social inequalities among the population, there is to some extent a correspondence between the representations of the EU conveyed by newspapers and public opinion. Highly educated individuals are more likely to share newspapers representations of EU.

*Keywords:* Europe, public opinion, Portugal, news, media coverage, representations.

## 1. Introdução

O processo de constituição e desenvolvimento da União Europeia é de vários pontos de vista – histórico, político, económico, cultural – muito significativo. No entanto, apesar da sua crescente relevância e dos seus impactos no quotidiano das populações, estas têm-se revelado progressivamente distantes, como o mostram os números da afluência às urnas nas eleições para o Parlamento Europeu, ou até contrárias à intensificação da integração comunitária, como indicam os resultados negativos nos referendos ao Tratado Constitucional/de Lisboa.

Nos estudos que exploram os factores condicionantes do processo de formação da opinião pública acerca dos assuntos relacionados com a União Europeia (UE) tem sido negligenciado o papel desempenhado pelos media (De Vreese 2003; Trenz 2008), não obstante estes serem sistematicamente indicados pelas populações como a sua principal fonte de informação a este respeito, ou ainda, serem quase exclusivamente os media a transmitir as políticas da UE, dado poucos cidadãos contactarem directamente com instituições ou actores políticos da União.

Com esta comunicação pretende-se estabelecer articulações entre as representações da UE transmitidas na informação produzida pelos media portugueses e as expressas pela população em inquéritos à opinião pública. Partindo do pressuposto de que os media podem ter maior capacidade de influência junto da opinião pública a respeito de assuntos tão abstractos, distantes e indirectamente relacionados com o quotidiano como os da UE, pretende-se analisar de que modo a informação mediática poderá obter ressonâncias significativas na opinião partilhada pela população portuguesa. Pretende-se também procurar entender a influência do diferencial sociológico entre segmentos de elite e da população menos favorecida na construção das representações da UE.

De modo a alcançar uma perspectiva temporalmente ampla da articulação entre a cobertura jornalística da UE e a opinião pública, o período de análise estende-se desde o ano em que foi assinado o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia (1985). Para isso recorre-se a uma análise de conteúdo das peças informativas sobre a UE publicadas em quatro jornais nacionais: *Expresso*, *Correio da Manhã*, *Público* e *Jornal de Notícias*, durante doze períodos correspondentes a acontecimentos particularmente relevantes do ponto de vista da relação entre Portugal e a UE, entre 1985 e 2004. Recorre-se igualmente aos resultados nacionais dos inquéritos do Eurobarómetro, e ainda a um conjunto de trinta e uma entrevistas realizadas junto de portugueses, o que permite uma abordagem qualitativa mais aprofundada dos significados atribuídos às representações da UE e dos processos de influência por parte dos media. De modo a ter em consideração variáveis sociais que têm sido relevantes quer a respeito da relação com a UE, quer a respeito da leitura de jornais, as entrevistas foram conduzidas junto de dois grupos de indivíduos com qualificações escolares e profissionais muito diferenciadas, bem como práticas de recepção de informação mediática distintas: professores universitários e profissionais menos qualificados.

## **2. Factores de diferenciação social nas representações sobre a UE**

Há uma variabilidade significativa nas representações sobre a União Europeia, seja entre grupos sociais, seja entre países. Entre os factores que condicionam a distribuição destas representações incluem-se as características socio-demográficas e políticas, bem como a nacionalidade. Segundo Juan Medrano (2003), o repertório cultural a partir do qual os indivíduos consideram a integração europeia muda consoante aquelas variáveis, mas também inclui, entre outros, conhecimentos, habitus, histórias, memórias e visões do mundo de que os indivíduos têm mais ou menos consciência.

Em sucessivas edições dos inquéritos Eurobarómetro têm sido observadas algumas regularidades ou padrões de resposta das populações europeias relativamente à

integração na União Europeia. Essas regularidades configuram as seguintes tendências: a) o apoio à integração europeia manifesta-se mais fortemente entre os mais instruídos e os detentores de rendimentos mais elevados; b) as mulheres e os indivíduos nos escalões etários mais elevados com frequência tendem a não expressar opinião sobre os assuntos comunitários e a opor-se com maior frequência à “construção europeia”; c) os indivíduos melhor informados, categorizados como “líderes de opinião” ou interessados em política tendem a conhecer melhor e a manifestar-se frequentemente de forma positiva em relação à “Europa”; d) os quadros e “empregados de colarinho branco” tendem a conhecer e a manifestar-se mais favoravelmente em relação à UE com maior frequência do que as domésticas, desempregados e reformados. Assim, de um modo geral, verifica-se a tendência segundo a qual, como diz Bruno Cautrès (2000), quanto mais se pertence a categorias sociais favorecidas, mais se adere à integração europeia.

Estas regularidades têm igualmente sido observadas na população portuguesa. Nos relatórios nacionais do Eurobarómetro têm sido salientadas como variáveis influentes na configuração das representações dos portugueses sobre a Europa sobretudo o rendimento, o género, a escolaridade, a idade, e também uma variável de carácter atitudinal como o grau de satisfação com o funcionamento da democracia. Outros resultados de sondagens e inquéritos também indicam que são geralmente os indivíduos mais informados e escolarizados, mais jovens e melhor posicionados socioeconomicamente que apresentam atitudes mais favoráveis relativamente aos assuntos europeus e que, em contrapartida, as gerações mais velhas, os menos escolarizados, os retirados da vida activa e as mulheres parecem tendencialmente mais indiferentes, receosos ou críticos relativamente à “construção europeia”. Efectivamente, tratando-se de classificar os indivíduos segundo o nível de informação e conhecimento de que dispõem sobre determinado assunto, as competências de processamento de informação adquiridas durante a formação escolar terão tendencialmente uma influência positiva, pelo que, quanto mais escolarizados, em princípio, mais desenvolvida será a capacidade de aprendizagem e uso da informação dos indivíduos (*cf.* Benavente 1996). Por outro lado, o nível de instrução continua sociologicamente associado a outras variáveis como a idade e o género (dado que nas gerações mais velhas o nível médio de escolaridade é muito baixo, sobretudo entre as mulheres) e a ocupação e o rendimento (necessariamente relacionados, sendo que o tipo de actividade profissional desempenhada pode por si só constituir um importante factor de desenvolvimento de competências cognitivas). Finalmente, este conjunto de variáveis correlacionadas entre si condiciona também a exposição aos media e, particularmente, a leitura de jornais.

A observação destas regularidades enquadra-se claramente no sistema de estratificação socioeconómica e no padrão sociocultural de distância ao poder verificado em dezenas de países, incluindo Portugal. Como diz Manuel Villaverde Cabral (1997: 148-149), “a desigualdade da distribuição dos recursos educativos reflecte-se,

de forma agravada, na desigualdade de recursos informativos e, por maioria de razão, na dos recursos cognitivos, isto é, na desigualdade perante os processos de formação e afirmação das opiniões políticas”, sendo que a acumulação destes vários défices traduz-se numa “profunda desigualdade perante o “poder”, ou seja, perante as capacidades objectivas e subjectivas, entre si obviamente relacionadas, para influenciar a vida do país”. Nesta perspectiva verificam-se fortes regularidades sociais no sentido de os indivíduos mais desfavorecidos em termos de recursos escolares, informativos e cognitivos tenderem a posicionar-se relativamente ao poder e ao exercício da cidadania política de forma distanciada e retraída. Aliás, baixos níveis de capital cultural incorporado revelam-se precisamente na incapacidade de realizar e exprimir percepções, avaliações ou escolhas, operações necessárias ao posicionamento dos indivíduos face a temáticas que supõem algum grau de abstracção, como é o caso dos assuntos europeus.

Numa medição da distância da população face ao poder – em que foram considerados aspectos subjectivos, relativos à capacidade sentida individualmente de “influenciar a evolução do país”, e aspectos objectivos, relativos à participação em associações cívicas – verificou-se que 85% dos portugueses estariam situados nos dois escalões mais afastados do poder: efectivamente, 61% dos inquiridos apresentavam uma distância “máxima”, 24%, “grande”, 8% “média”, 4% “pequena e 3% “mínima” (Cabral 1997: 145-146). Deste modo, na sociedade portuguesa, a existência de profundas desigualdades sociais permite que uma proporção significativa de indivíduos – sobretudo as gerações mais velhas pouco escolarizadas ou até analfabetas e as mulheres, em média menos instruídas e com rendimentos mais baixos – traduza as suas posições globalmente desfavorecidas (e propiciadoras de exclusão social) em desconhecimento, falta de informação, desinteresse ou rejeição de assuntos, como os relacionados com a Europa, que suscitam alguma forma de capacidade de participação cívica, integração social e cultural, usufruto de direitos e oportunidades ou captação de benefícios económicos.

Mas se esta condição afecta particularmente aqueles segmentos sociais, tornou-se claro pelos dados acima apresentados que, como diz João Ferreira de Almeida (1990), a generalidade da população, pouco interessada pela política, pouco participativa e pouco confiante nas instituições democráticas, sobretudo nos partidos, apresente uma capacidade de se informar, de se exprimir e de influenciar os processos políticos globalmente baixa.

Esta diferenciação social reflecte-se de modo significativo na exposição da população aos media informativos. Com efeito, como verificaram Pierre Bréchon e Grégory Derville (1998), existem grandes diferenças nas atitudes dos indivíduos face aos media, sobretudo entre a televisão e os jornais. Enquanto o público da televisão distribui-se por todas as categorias sociais e a informação televisiva tem uma lógica própria, o público exposto regularmente aos jornais apresenta um perfil distinto, sendo recrutado

sobretudo entre as categorias sociais mais politizadas, mais instruídas, mais favorecidas e mais frequentemente entre os homens. Embora desde o final dos anos 90, em vários países europeus, a educação já não seja considerada um indicador com influência na leitura de jornais (Lauf 2001), em Portugal, como demonstrou o primeiro Estudo Nacional de Literacia (Benavente 1996), são os detentores de diplomas do ensino superior quem mais afirma ler jornais todos os dias, em contraste com os menos escolarizados, que em maior proporção respondem raramente ou nunca ler jornais. Estas desigualdades acentuam-se quando são precisamente os sectores da população com menor exposição à informação que mais frequentemente declaram não ter interesse em obter novas informações. Efectivamente, no caso da UE, os inquéritos do Eurobarómetro indicam a tendência para os portugueses não declararem pretender receber mais informação sobre a UE, apesar de se sentirem mal informados, o que é mais frequente sobretudo os menos escolarizados. Provavelmente também por essa razão, pode colocar-se a hipótese de os indivíduos que nos inquéritos do Eurobarómetro revelam ter mais interesse em obter informação sobre a UE serem também, em grande medida, os que mais frequentemente utilizam os jornais diários, já que a proporção dos que consideram haver “demasiada” ou “muita” informação sobre a UE nos jornais ser inferior à dos que respondem da mesma forma relativamente à televisão.<sup>1</sup>

### 3. Informação sobre a União Europeia publicada e recebida

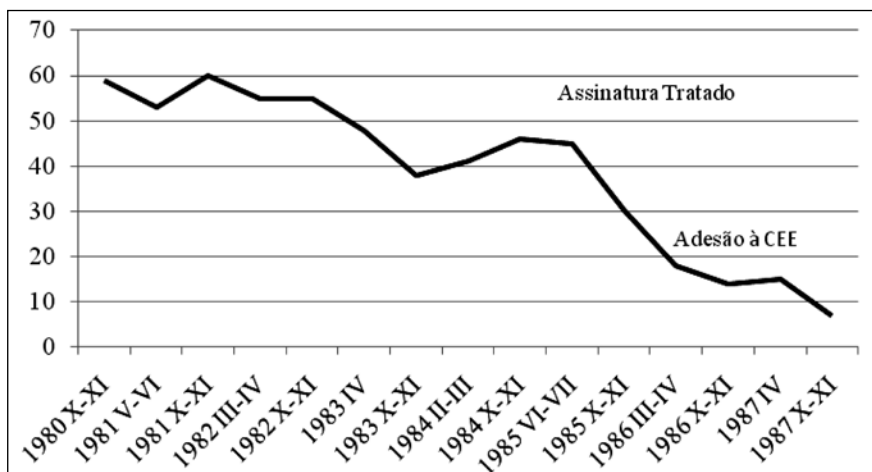
O processo de formação das representações sociais sobre a integração europeia em Portugal é relativamente recente. No passado, quer as elites, quer a população em geral permaneceram durante muito tempo alheias ao movimento de integração europeia (Telo 1998; Castilho 1996; Magalhães 1987-1988). Os dados conhecidos de algumas sondagens indicam que em Portugal, no final dos anos 70 e primeiros anos da década de 80, haveria uma profunda falta de informação e conhecimento da população relativamente aos assuntos europeus. De facto, uma sondagem publicada pelo *Expresso* em 1973 indica que nessa época quase metade da população estaria alheada relativamente ao desenvolvimento das relações do país com o Mercado Comum, já que a este respeito 47% dos inquiridos não expressaram qualquer opinião.<sup>2</sup>

1. Cf. por exemplo, *Eurobarómetros*, 48, 1997; 53, 2000 e 56, 2002.

2. Em contrapartida, 70% consideraram ser “muito importante” “encontrar solução para o problema do Ultramar” e a proporção de não-respostas a esta outra questão não ultrapassou 25%. F.P.B., “Só 27% dos portugueses sabe o nome do seu governador civil”. *Expresso*, 27.09.1973. Sondagem realizada pela SERTe em Setembro e Outubro de 1973 com recurso a 1200 inquiridos com mais de 21 anos e “capacidade eleitoral”.

Com o processo de adesão à CEE terá havido uma significativa mudança a este respeito. O ano em que terminaram as negociações e foi assinado o tratado de adesão à CEE, 1985, é aquele em que mais nitidamente foi visível uma rápida diminuição da proporção de não-respostas nos resultados das sondagens de opinião então realizadas. A Figura 1 mostra esta diminuição das não-respostas dos portugueses quando inquiridos pelo Eurobarómetro sobre a adesão do país à comunidade europeia.

Efectivamente, entre 1980 e 1984 os nove inquéritos do Eurobarómetro realizados junto da população portuguesa obtiveram em média 50,5% de não-respostas à pergunta se a pertença de Portugal à CE era considerada uma coisa boa ou má; no ano 1985 a sondagem realizada em Outubro-Novembro (poucos meses depois da assinatura do Tratado de Adesão) já só obteve 30% de inquiridos a não responder àquela pergunta e na sondagem de Março-Abril de 1986 apenas 18% dos inquiridos não responderam à mesma pergunta. A continuação desta tendência permitiu que no Outono de 1987 apenas 7% dos inquiridos não respondessem a essa pergunta.



Fonte: Eurobarómetro, 1980-1987.

Figura 1. Não-respostas acerca da pertença de Portugal à CEE: Eurobarómetro, 1980-1987 (em %).

Assim, em 1985, com o fim das negociações e a assinatura do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, ter-se-á imposto uma percepção pública valorizadora do interesse que os assuntos comunitários representavam para o país. A incidência da mediatização de assuntos da Comunidade Europeia na fase final das negociações com vista à adesão terá contribuído para que os portugueses formassem uma opinião.

A análise empírica realizada junto das peças relacionadas com a Europa publicadas em jornais nacionais mostra que desde a fase final das negociações de adesão, a média de notícias por edição dos jornais analisados aumentou progressivamente (Figura 2).

Em todo o caso, seis meses após a efectiva integração de Portugal na CEE persistia a ideia de um considerável nível de desconhecimento dos assuntos europeus por parte da população portuguesa, de que deu conta um inquérito jornalístico conduzido pelo *Jornal de Notícias* onde se concluía que, por os políticos “não terem promovido um debate a nível nacional que servisse para transformar a sigla CEE em algo mais concreto”, havia um grande desconhecimento, apenas assente nalgumas “ideias vagas, imprecisas, coisas que [se] ouve aqui e ali”.<sup>3</sup>

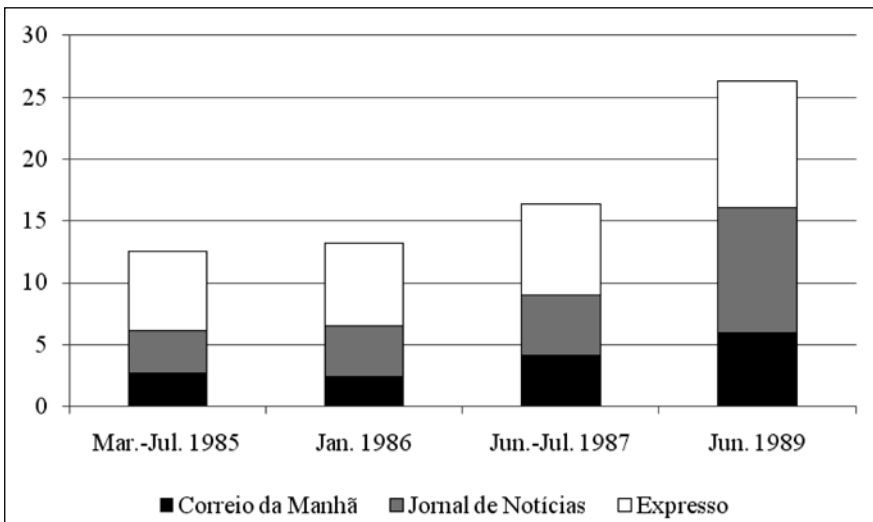


Figura 2. Média de notícias sobre assuntos europeus por edição de jornal.

Apesar da atenção crescente dos jornais aos assuntos europeus nesta fase, uma análise da presença de referências à Europa nas primeiras páginas durante doze períodos entre 1985 e 2004 em que ocorreram os mais importantes e marcantes acontecimentos da integração de Portugal na UE revela a tendência para que seja dada a

3. “Do desconhecimento do que é a CEE à desconfiança sobre ‘benefícios’”. *Jornal de Notícias*, 1.06.1986.

estes assuntos uma reduzida relevância editorial. Efectivamente, no total dos quatro jornais analisados, em 60,8% das primeiras páginas daqueles períodos não foi inserida qualquer referência à Europa; em 31,6% dos casos um dos títulos publicados referia-se a assuntos europeus; e em apenas 8% das primeiras páginas surgiram dois ou mais títulos relacionadas com a Europa. Uma vez que os períodos analisados correspondiam precisamente aos momentos históricos em que ocorreram os acontecimentos mais notórios a respeito da relação entre Portugal e a Europa, esta tendencial ausência das primeiras páginas dos jornais é particularmente significativa. Com efeito, dada a função comercial da primeira página, deverá supor-se que, na perspectiva de captar a atenção do público, os editores dos jornais entendem que as referências à Europa não são apelativas. Um outro exemplo reforça esta interpretação: a forma fugaz como foi mediatizado o alargamento da UE a dez novos países em 2004, em contraste com a extensão da cobertura noticiosa e a ampla discussão nos espaços de opinião dos jornais relativamente à descoberta da prática de tortura a prisioneiros iraquianos por parte de militares dos EUA nessa mesma altura. A análise de conteúdo revelou ainda que as peças relacionadas com assuntos europeus publicadas nestes jornais tendem a apresentar uma dimensão reduzida e uma frequência de publicação bastante irregular, o que também se deve à inexistência de secções editoriais dedicadas a estes assuntos (Horta 2009).

E efectivamente, considerando os resultados do Eurobarómetro, os inquiridos portugueses tendem a declarar não dar muita atenção aos assuntos da UE. Em 2001, por exemplo, 36% dos inquiridos responderam dar “nenhuma atenção” a estes assuntos, 53% declaram dar “pouca atenção” e apenas 11% consideraram dar-lhes “muita atenção”.<sup>4</sup> Nas entrevistas realizadas confirmou-se esta tendência. Como disse um dos entrevistados, “[os assuntos europeus são] matérias pouco interessantes, pouco... apelativas... para o comum dos mortais.”

Relativamente a uma outra variável observa-se também uma correspondência entre a cobertura da UE pela imprensa e a opinião expressa pelo público, se bem que sejam os indivíduos mais favorecidos que mais se aproximam dos discursos publicados nos jornais. Assim, na análise dos conteúdos publicados pelos quatro jornais sobre a Europa entre 1985 e 2004 verificou-se que a relação entre Portugal e a UE foi tendencialmente representada de modo favorável: positiva em 55,1% dos casos, neutra em 30,4% e negativa em 14,4% das 8.316 peças analisadas. Observou-se também uma evolução no sentido de a maior frequência de peças favoráveis à integração europeia registada nos primeiros anos da adesão ter dado lugar, em anos mais recentes, a uma maior frequência de representações críticas relativamente à UE. Ora, observando a

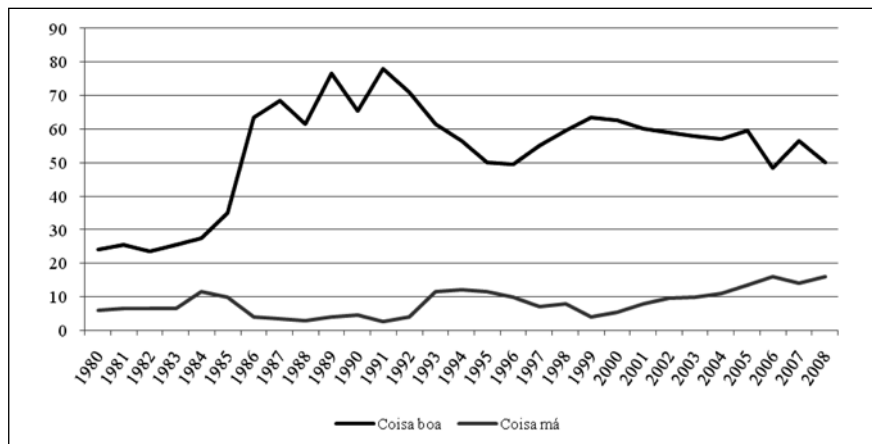
---

4 . *Eurobarómetro*, 55, 2001.



evolução das respostas dos portugueses à questão do Eurobarómetro “De uma forma geral, pensa que o facto de Portugal fazer parte da Comunidade Europeia é uma coisa boa, uma coisa má, ou uma coisa nem boa nem má?”, verifica-se precisamente um aumento considerável da frequência das respostas positivas nos primeiros anos da adesão, bem como um aumento progressivo das respostas negativas em anos mais recentes (Figura 3).

O elevado número de respostas favoráveis à integração europeia no início dos anos 90 poderá estar relacionado com a percepção social, formada através dos media mas também empiricamente, da entrada no país de vultosos fundos comunitários para o desenvolvimento, como também pode estar relacionada com a conjuntura internacional em que alguns acontecimentos, como a queda do Muro de Berlim (9 de Novembro de 1989), a reunificação da Alemanha (3 de Outubro de 1990), a dissolução da União Soviética (8 de Dezembro de 1991), e a democratização ou independência de diversos países do leste europeu, poderão ter contribuído para rodear a ideia de Europa de optimismo. Mas note-se sobretudo que nessa época os portugueses, certamente reflectindo o progresso económico verificado no país, apresentavam boas expectativas quanto ao futuro e manifestavam-se maioritariamente satisfeitos com a vida em geral e o funcionamento da democracia.



Fonte: Eurobarómetro, 1981-2008.

Figura 3. Representações sobre a pertença de Portugal à Comunidade Europeia, 1980-2008 (em %).

No entanto, a polémica desencadeada em torno do aprofundamento da união política, económica e monetária da Comunidade Europeia (marcada pela assinatura do Tratado de Maastricht a 10 de Dezembro de 1991) e, em contraste com o cresci-

mento económico dos anos 80, o início da recessão nos países mais industrializados e concretamente nos países europeus, que no caso português traduziu-se, entre outros aspectos, em desemprego, tensão social e política, desvalorização da moeda e taxas de juro elevadas, terão contribuído para a curva descendente do apoio público à integração europeia a partir de 1991. Esta tendência pode observar-se em Portugal até à Primavera de 1996, quando a proporção de inquiridos a responder que a integração europeia é uma “coisa boa” estabiliza, voltando a reiniciar-se uma curva ascendente, embora com algumas flutuações.

Mas a este nível importa ainda distinguir as diferentes tendências de representação da UE partilhadas por indivíduos mais escolarizados e dos menos escolarizados. Nas entrevistas realizadas verificou-se que, entre os primeiros, a UE tende a ser conceptualizada de forma mais positiva, surgindo associada à ideia de que se trata de um modelo ideal de sociedade, caracterizada pelo desenvolvimento, organização, solidariedade, tolerância, democracia, respeito pelos direitos humanos. Entre os entrevistados menos escolarizados, observou-se que a UE tende a ser concebida numa perspectiva mais estritamente económica, concreta e funcional, estando associada à expectativa de obtenção de benefícios que permitam melhorar o nível de vida da população.

#### **4. Observações finais**

Partindo do pressuposto de que os media podem ter maior capacidade de influência junto da opinião pública a respeito dos assuntos de carácter mais distante e indirectamente relacionados com o quotidiano, na medida em que, relativamente às questões locais e nacionais os indivíduos poderão dispor de mais informação contextual que lhes permita construir enquadramentos conceptuais e interpretações diferenciadas, pretendeu-se analisar de que modo a informação mediática sobre a UE poderia obter ressonâncias significativas na opinião partilhada pela população portuguesa.

Efectivamente, foi encontrada uma tendência para que a cobertura informativa da UE pelos jornais corresponda às representações enunciadas em inquéritos à opinião pública. Verificou-se, no entanto, que esta tendência é mais evidente no caso dos indivíduos mais favorecidos. Este facto parece traduzir o hiato observado na generalidade dos países europeus entre o europeísmo manifestado pelas elites e o retraimento face à integração europeia dos segmentos populacionais mais desfavorecidos. Mas no caso concreto de Portugal, a existência de profundas desigualdades sociais acentuará esta divisão. Acresce a forte desconfiança e o distanciamento face ao poder, especialmente político, observada entre a população, que, associados às desigualdades educativas, informativas e cognitivas contribuirão para o baixo nível de interesse pelos assuntos relativos à UE. No entanto, outro factor importante consistirá na atenção que os

próprios media dedicam a estes assuntos. Tal como demonstrou a análise de conteúdo dos jornais, a cobertura informativa da UE é reduzida e irregular.

## Referências

- Almeida, João Ferreira de (1990). Valores e representações sociais. In: AA.VV., *Portugal. Os próximos 20 Anos*. Vol. VIII. Lisboa: Gulbenkian, 56-59.
- Benavente, Ana (coord.) (1996). *A Literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bréchon, Pierre & Grégory Derville (1998). Politisation et exposition à l'information. In: P. Bréchon & B. Cautrès (dir.), *Les Enquêtes Eurobaromètres. Analyse comparée des données socio-politiques*. Paris: L'Harmattan, 175-192.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Castilho, José Manuel Tavares (1996). *A Ideia de Europa na Cultura Política Portuguesa do Marcelismo (1968-74)*. 2 vol. Tese de Mestrado em Sociologia. Lisboa: ISCTE.
- Cautrès, Bruno (2000). Quelques grands indicateurs de soutien à l'Europe. In: B. Cautrès & D. Reynié (dir.), *L'Opinion Européenne – 2000*. Paris: Presses de Sciences Po.
- CE (2006). *Eurobarómetro*, 65.
- Horta, Ana (2009). A imprensa portuguesa e a memória social da Europa. *Media & Journalism*, 14 (8) 1: 67-82.
- Lauf, Edmund (2001). Research note: the vanishing young reader. *European Journal of Communications*, 16 (2): 233-243.
- Magalhães, J. Calvet de (1987-88). Portugal e a integração europeia. *Estratégia*, 4: 33-74.
- Medrano, Juan Díez (2003). *Framing Europe*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Telo, António José (1998). O fim do ciclo africano do Império. In: AA.VV., *Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional*, Lisboa: Fim de Século Edições, 327-355.
- Trenz, Hans Jörg (2008). Media: the unknown player in European integration. In: Ib Bondebjerg & Peter Madsen (ed.), *Media, Democracy and European Culture*. Bristol: Intellect, 49-64.
- Vreese, Claes H. de (2003). *Framing Europe. Television News and European Integration*. Amsterdam: Het Spinhuis.

